

DOCUMENTOS

1. O MODELO ATENIENSE

DOC. 1 O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA ATENIENSE

Como funcionava a democracia ateniense? Como se geria um Estado em que todas as decisões importantes eram tomadas em reuniões abertas a todos os cidadãos, onde a maior parte dos magistrados eram eleitos por muitos [...] E, como, em particular se geria tudo isto quando o corpo de cidadãos era de 30 a 50 000 dispersos por cerca de 2500 km? [...] Para responder a estas questões, devo deter a minha atenção não só no funcionamento das instituições e das leis, [...] mas também na natureza da comunidade ateniense em geral. Defendo que a democracia ateniense dependia crucialmente da homogeneidade dos seus cidadãos, que era conscientemente cultivada – e à custa da liberdade individual – e que criou um contexto propício ao funcionamento da democracia [...]. O epicentro da democracia ateniense não residia na Assembleia apesar de ser o principal corpo da democracia, uma vez que uma alteração no seu funcionamento ou no número de cidadãos teria poucos efeitos sobre o modo de funcionamento da democracia. A instituição chave era seguramente o Conselho. De facto, o Conselho dos Quinhentos, no qual todas as dez tribos [...] estavam representadas, era o mais representativo de todas as comunidades da Ática, pois todos os *demos* serviam em número proporcional à dimensão da sua comunidade. Nenhuma proposta era feita à Assembleia sem que alguém das diferentes comunidades da Ática tivesse algo a dizer [...]. O Conselho não era o governo [...] mas nele havia representantes de todas as comunidades, escolhidos de entre muitos [...] não por eleição; serviam apenas por um ano de cada vez e nunca mais do que duas vezes ao longo da vida [...]. A continuidade do sistema político ateniense era assegurada [...] por aqueles que falavam na Assembleia. Uma vez feita a sugestão do Conselho, era lida na Assembleia onde, na Pnyx, os cerca de 6000 atenienses se reuniam e onde lhes era perguntado, “quem quer falar?”. Qualquer um podia fazê-lo e havia rostos bem conhecidos que se dirigiam à Assembleia em determinados assuntos na maior parte destas reuniões; mas havia homens que falavam mais frequentemente do que outros. Foram estes homens – alguns ganharam estatuto de figuras públicas [...] – que tornaram possível e acabaram por assegurar o funcionamento do sistema político ateniense. A democracia não poderia ter funcionado sem esta elite [...] que assegurava os princípios [...] segundo os quais dependiam as decisões atenienses – [...] fazer a guerra, manter a guerra, como e quando punir aliados que desrespeitavam as alianças, generais ineficientes, ou até mesmo os impostos a pagar pelos aliados. [...] A *relativa* homogeneidade do corpo de cidadãos em Atenas, permitiu a preservação do funcionamento do sistema político ateniense, pois não encontrou divisões segundo os interesses de determinados grupos. [...]

Robin Osborne, *Athens and Athenian Democracy*,
Cambridge University Press, USA, 210, pp. 27-35 [tradução adaptada].

1. **Explicita**, segundo o autor, os fundamentos que sustentavam o sistema político ateniense.

Proposta de resolução

Explicitação clara de três das seguintes ideias:

- Considera o Conselho dos Quinhentos como o órgão fundamental do sistema político.
- No Conselho estavam representadas as 10 tribos, sendo a instituição mais representativa do povo ateniense.
- O Conselho era responsável pela apresentação de propostas à Assembleia.
- Considera determinante o papel daqueles que se destacavam pela palavra na Assembleia e que garantiam os princípios da democracia participativa.
- Defende que a homogeneidade do corpo de cidadãos se manteve e não foi quebrada por divisões.

2. O MODELO ROMANO

DOC. 1 A LIDERANÇA DE CÉSAR NA CHEFIA DOS EXÉRCITOS

César não era um comandante austero na velha tradição romana, quando a severidade levava a que os soldados fossem mandados açoitar e executar pela menor falta à rígida disciplina. [...] Raramente terá aplicado qualquer daquelas punições, considerando como crimes muito graves apenas a deserção e amotinação. Fora do serviço e nos meses tranquilos os seus homens tinham uma grande liberdade de comportamento. César terá dito um dia que os seus homens lutariam igualmente bem mesmo que «*tresandassem a perfume*». No entanto, e apesar da sua indulgência em tempo de paz, [...] tinha elevados padrões de conduta para com as suas legiões durante as operações. Então era necessário uma apertada disciplina, obediência instantânea e eficácia nas manobras, e para garantir que assim seria, César treinava duramente o seu exército. A este respeito, estava de acordo com o ideal aristocrático do que devia ser um comandante, pois os melhores generais eram vistos como sendo homens que preparavam cuidadosamente os seus exércitos para a batalha através de um treino rigoroso. [...] O seu exemplo pessoal era vital para encorajar os soldados a que mantivessem os seus padrões. César conduzia a coluna em marchas de treino e no campo, por vezes a cavalo, mas a maioria das vezes a pé, como qualquer outro general. Era um gesto que pretendia mostrar-lhes que não esperava deles nada que ele próprio não fizesse. [...] Tinham já conseguido duas grandes vitórias. Ia crescendo uma confiança mútua entre o comandante, os seus oficiais e soldados, à medida que se conheciam melhor e que confiavam mais uns nos outros. O orgulho em si mesmos e nas suas unidades era também cuidadosamente fomentado [...].

Adrian Goldsworthy, *César – A Vida de um Colosso*,
A Esfera dos Livros, 2008, pp. 304-305.

1. **Destaque** o papel de Júlio César no sucesso dos seus exércitos.

Proposta de resolução

Destaque de três de entre as seguintes características.

- Não era um comandante austero que castigava de forma arbitrária.
- As faltas que considerava graves eram a “deserção e a amotinação”.
- Permitia uma certa liberdade aos seus homens pois confiava inteiramente nas suas capacidades militares.
- O exército era sujeito a um rigoroso treino.
- O sucesso de César advinha também do seu exemplo enquanto militar e líder.
- As suas funções militares equiparavam-se às dos restantes soldados e generais para demonstrar que não pedia nada que não fizesse.
- O sucesso dos seus exércitos dependia da elevada confiança que nele depositavam enquanto chefe.
- Privilegiava a autoconfiança das suas tropas.

2. O MODELO ROMANO

DOC. 2 O SIGNIFICADO DO IMPERIALISMO ROMANO

Independentemente do modo como o imperialismo foi entendido e racionalizado pelos romanos, não há dúvida de que Roma se tornou uma potência conquistadora com vontade de conquistar e de se expandir territorialmente. [...]. O conceito de *imperium* conduziu à primeira e mais duradoura tentativa de domínio universal. Alguns historiadores [...] consideram que o imperialismo romano foi defensivo em vez de ofensivo. De acordo com a sua interpretação, Roma respondeu às guerras a que foi forçada – em verdadeira autodefesa; o Senado romano, em particular, não detinha uma política expansionista. Pelo contrário, de acordo com outros críticos, as conquistas foram desejadas por todos em Roma: pelos senadores para obterem os recursos financeiros e o prestígio social necessários à sua carreira, pelos cavaleiros desejosos de explorar financeiramente as terras conquistadas e pelos plebeus seduzidos pela perspectiva dos saques e partilha dos espólios. Políbio começa a sua história transmitindo a sua admiração pelas conquistas de Roma “Para expandir o seu domínio pelo mundo conhecido, no decurso de cinquenta e três anos”. Escrevendo no século II a.C., muito antes de Roma se tornar um enorme império, Políbio anuncia o futuro na base do presente: “Roma subjuguou mais do que uma mão cheia de povos. Conquistou quase todo o universo, pelo que não há ninguém hoje em dia que resista, e nos anos vindouros, ninguém pode esperar superá-la.” O problema do imperialismo romano colocou-se mesmo na antiguidade, como exemplifica Políbio. [...] Ele explica e justifica o domínio de Roma pela “mescla” da sua constituição, pela superioridade do seu exército, e pelo que via ser a superioridade do estado romano, no domínio dos conceitos religiosos. De acordo com a moral política do mundo antigo, qualquer um com superioridade sobre os seus vizinhos tinha o direito, ou até mesmo o dever de fazer uso dessa mesma superioridade. Então, segundo a perspectiva dos autores antigos como Políbio, a superioridade do povo romano (*maiestas populi romani*) largamente legitimava o domínio de Roma (*imperium populi romani*). Seguindo Políbio, alguns dos historiadores do século XVII e do século XVIII e mesmo do século XX argumentaram que o imperialismo romano havia sido premeditado e deliberado segundo um plano de expansão desenvolvido pelo Senado. Segundo a sua perspectiva, Roma conquistou metodicamente a bacia do Mediterrâneo: primeiro o Lácio e depois Itália, a seguir a metade ocidental do Mediterrâneo e posteriormente a oriental. [...] Por conseguinte, a marca do imperialismo triunfou, conduzindo, em pouco mais de um século à formação do império romano. Por volta de 30 a.C., o Mediterrâneo era virtualmente um lago romano.

AAVV, *A History of Rome*, Wiley-Blackwell, UK, 2009, pp. 91-93.

[Tradução adaptada]

1. **Identifique** as duas perspetivas acerca do imperialismo romano presentes no documento.
2. **Refira**, a partir do documento, as consequências do expansionismo romano.

Proposta de resolução

1. Identificação clara das duas perspetivas:

- Imperialismo defensivo:
 - Roma reage às guerras;
 - o Senado sem uma política expansionista.
- Imperialismo ofensivo:
 - foi desejado por todos os grupos sociais;
 - o Senado desenvolveu uma política expansionista.

Proposta de resolução**2. Referência clara a três das seguintes consequências:**

- Conquista do Lácio, de Itália e do Mediterrâneo.
- Domínio sobre vários povos.
- O Mediterrâneo tornou-se o *mare nostrum*.
- Roma torna-se a capital de um vasto Império.

2. O MODELO ROMANO**DOC. 3 AUGUSTO E O NOVO REGIME POLÍTICO**

Pensou [Octávio César Augusto], por duas vezes, restabelecer a República: primeiro, logo após ter esmagado Antônio, lembrando-se que este o acusara várias vezes de constituir o único obstáculo ao seu restabelecimento; depois, novamente, num período de desânimo, provocado por uma longa doença. Dessa vez chamou mesmo a sua casa os magistrados e os Senadores, aos quais entregou estatísticas sobre o estado do Império. Refletindo, porém, que o seu regresso à vida privada não se faria sem perigos e que, por outro lado, seria imprudente entregar o Estado ao arbítrio de várias pessoas, Augusto decidiu conservar o poder, sem que se possa dizer o que foi melhor, se o resultado, se a intenção. Não só gostava de referir frequentemente essa intenção, como fez questão de a confirmar num édito: «*Que me seja permitido manter o Estado são e salvo e que, em troca, tenha a recompensa que desejo: a de ser reconhecido como o fundador do melhor regime possível e a de levar, ao morrer, a esperança de que os fundamentos do Estado, lançados por mim, permanecerão inabaláveis.*» Ele próprio se encarregou de realizar o seu desejo, ao fazer todos os esforços para que ninguém se pudesse queixar do novo regime.

Suetônio, *As Vidas dos Doze Césares – Júlio César, Octávio César Augusto*, Ed. Sílabo, Lisboa, 2005, pp. 119-120.

1. Enuncie, a partir do documento, as características do regime instituído por Augusto.**Proposta de resolução****Enunciado claro de três de entre as seguintes características:**

- A concentração do poder nas mãos de Augusto.
- O regime protege o Estado dos perigos que possam surgir.
- É entendido como o melhor regime possível.
- Institui uma forma de governo que permanece inabalável por muito tempo.
- Procura com o novo regime agradar à generalidade dos vários grupos sociais.
- Mantém as instituições republicanas em funcionamento.
- Cria novos órgãos institucionais que dependem da sua pessoa.
- Obtém a autoridade máxima no governo do Estado.
- Alcança o reconhecimento da população.

3. O ESPAÇO CIVILIZACIONAL À BEIRA DA MUDANÇA

DOC. 1 A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

O Império Romano do Ocidente cessou a sua existência no século V. [...] [A queda do Império Romano] foi um processo longo e não o resultado de um simples acontecimento, não se pode afirmar que a sua causa tenha sido uma guerra perdida ou uma decisão. A questão principal permanece em compreender por que é que isto ocorreu e se se trataram de problemas internos ou ameaças externas. [...] Não há nada que leve a crer que os inimigos do fim do império romano eram mais poderosos que os anteriores. [...] Tal pode sugerir que o problema residiu numa maior quantidade de ofensivas? Certamente que houve mais guerras no século III e seguintes do que nos períodos anteriores [início do principado]. Em particular, os ataques bárbaros tornam-se mais frequentes. [...] É claro que todos os inimigos de Roma [...] exploraram as fraquezas das disputas internas e as guerras civis. Deve haver outras razões para a fraqueza de Roma que devem ser consideradas [...]. Parece mais do que provável que os níveis de comércio e de prosperidade caíram a partir do final do século II e nunca alcançaram os níveis do início do principado. [...] O mesmo se aplica ao quadro do final do império em que os impostos eram opressivos e incidiam desproporcionadamente sobre os mais pobres, que estavam já oprimidos pelos senhores das terras. A terra deixou de ser cultivada e a população rural foi reduzida ao nível de servos [...]. As guerras civis e os desafios ao trono imperial eram comuns. Todo o imperador adulto desde Sétimo Severo em diante experimentou pelo menos um conflito desta natureza durante a sua vida. Os usurpadores nunca pretenderam destruir ou alterar o império. Estes não eram conflitos sobre ideologia, mas puramente pelo poder político. [...] Era normal um imperador abandonar uma guerra contra um inimigo externo para resolver um problema com um rival em Roma. Os usurpadores não atuavam sozinhos. Necessitavam de apoiantes e os mais importantes esperavam obter recompensas como promoções e riqueza caso a rebelião fosse bem sucedida [...]. Cada guerra civil teve custos para o império. Qualquer ganho obtido por um dos lados inevitavelmente tinha que ser tomado à custa de outros romanos [...]. No passado os imperadores romanos tinham apenas de tomar cuidado com um pequeno grupo de senadores, homens que conheciam pessoalmente [...]. Agora os rivais podiam ser qualquer um. Não precisavam de ter ligações políticas ou reputação familiar, simplesmente a capacidade para persuadir tropas para lhes dar apoio. [...] Gradualmente as instituições do império tornaram-se cada vez menos capazes de lidar com as crises [...], as guerras perdidas causavam danos, mas estes não eram fatais para o império. [...] Talvez devamos imaginar o fim do império romano como um atleta reformado cujo corpo enfraqueceu devido a uma vida negligente e pouco saudável. Apesar de inicialmente o corpo funcionar bem devido ao treino, à medida que a atitude negligente prevalece, o corpo torna-se cada vez menos capaz de resistir às doenças e recuperar dos maus tratos. Com o passar dos anos, a pessoa torna-se cada vez mais fraca e no final facilmente sucumbe a uma doença. O longo declínio foi o destino do império romano. No final pode ter sido “assassinado” pelos invasores bárbaros mas o golpe final foi consequência das vulnerabilidades provocadas pela longa decadência.

Adrian Goldsworthy, *How Rome Fell*, Yale University Press, USA, 2009, pp. 405-415.
[Tradução adaptada]

1. A partir do documento, **justifique** o sentido da afirmação sublinhada.

Proposta de resolução**Justificação do sentido da afirmação sublinhada com base nas seguintes ideias:**

- as invasões bárbaras não foram a causa primeira da queda do império romano;
- o declínio foi consequência de um longo processo;
- o golpe final ocorreu no século V;
- maior frequência das ofensivas bárbaras;
- declínio do comércio;
- abrandamento da atividade económica;
- o peso excessivo dos impostos aumenta o fosso entre ricos e pobres;
- abandono da atividade agrícola;
- camponeses reduzidos à situação de servos;
- existência de guerras civis e disputas pelo poder;
- rápida sucessão de imperadores;
- os exércitos deixaram de ser leais ao imperador apoiando aqueles que mais os beneficiassem;
- incapacidade dos órgãos governativos para responder à crise generalizada.

3. O ESPAÇO CIVILIZACIONAL À BEIRA DA MUDANÇA

DOC. 2 A PENÍNSULA IBÉRICA NAS MÃOS DOS BÁRBAROS

Os Alanos, os Vândalos e os Suevos penetraram nas Espanhas no ano 447 da era [era espanhola correspondente a 409]. Para uns seria o dia 4 das calendas; para outros, o dia 3 dos idos de outubro, a terceira fêria, sob o oitavo consulado de Honório e o terceiro de Teodósio, filho de Arcádio [...]. Os Bárbaros, que tinham penetrado nas Espanhas, pilham e chacinam sem piedade. Por seu lado, a peste não faz menos estragos. Enquanto as Espanhas estão entregues aos excessos dos Bárbaros e o mal da peste não faz menos estragos que estes, as riquezas e os mantimentos guardados nas cidades são extorquidos pelo tirânico cobrador de impostos e esgotados pelo soldado. Eis como ataca a pavorosa fome: os humanos devoram a carne humana sob a pressão da fome; as próprias mães se alimentam com os corpos dos seus filhos, que matam ou mandam cozinhar. Os animais ferozes habituados aos cadáveres das vítimas da espada, da fome ou da peste, também matam – até os homens mais fortes; e, repletos da sua carne andam por toda a parte, desenfreados, para aniquilar o género humano. Assim, pelos quatro flagelos do ferro, da fome, da peste e das bestas feras, que por toda a parte seaviavam ^{catigavam} no mundo inteiro, se cumpre aquilo que o Senhor tinha anunciado pelos seus profetas. Arruinadas as províncias de Espanha pelo ataque destes flagelos, os Bárbaros, convertidos à ideia de estabelecer a paz pela misericórdia do Senhor, tiram à sorte os territórios das províncias em que se instalarão. Os Vândalos ocupam a Galiza e os Suevos a região situada na extremidade ocidental, à beira do Oceano. Os Alanos tiram à sorte a Lusitânia e a Cartaginesa, enquanto os Vândalos cognominados Silings, têm a Bética. Os Espanhóis das cidades e das aldeias fortificadas que tinham sobrevivido aos flagelos dos Bárbaros, senhores das províncias, resignam-se à servidão.

Hidácio, *Crónica* 42, 46-49., citado em *História da Europa*, Jean Carpentier; François Lebrun (dir.), Ed. Estampa, Lisboa, 1993, pp. 120-121.

1. **Identifique** os povos que invadiram a Península Ibérica no século V.
2. **Enuncie** as consequências provocadas pelas invasões dos bárbaros na Península Ibérica.

Proposta de resolução

1. **Identificação clara dos seguintes povos:**
 - Alanos;
 - Vândalos;
 - Suevos.
2. **Enunciado claro de três de entre as seguintes consequências:**
 - pilhagens;
 - chacinas;
 - roubo de mantimentos;
 - fome;
 - elevado número de mortes;
 - causam a ruína do território;
 - provocam instabilidade com a sua fixação nos territórios;
 - reduzem à escravidão os povos autóctones.